



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>CPI - BIOPIRATARIA</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 1033/05	<b>DATA:</b> 12/7/2005
<b>INÍCIO:</b> 10h39min	<b>TÉRMINO:</b> 12h25min	<b>DURAÇÃO:</b> 01h46min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 1h46min.	<b>PÁGINAS:</b> 40	<b>QUARTOS:</b> 22

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Delegado da Polícia Federal no Estado de Goiás.  
**JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Chefe da Divisão Técnica do IBAMA no Estado de Goiás.

**SUMÁRIO:** Depoimentos sobre fatos relacionados com o objeto de investigação da CPI

**OBSERVAÇÕES**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Declaro abertos os trabalhos da 34ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das 32ª e 33ª reuniões.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-las, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Em virtude de aprovação de requerimento do Deputado Dr. Rosinha, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvirmos as seguintes pessoas: Dr. Roberto Alves de Castro, Delegado de Polícia Federal no Estado de Goiás; Sr. José Augusto Mota, Chefe da Divisão Técnica do IBAMA no Estado de Goiás.

Convido o Dr. Roberto Alves de Castro a tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Alves de Castro, inicialmente, para o prazo de 20 minutos, se assim lhe aprouver.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Boa dia a todos. Em atendimento à convocação dos membros da CPI, nos dirigimos de Goiânia até esta Casa no sentido de prestar alguns esclarecimentos acerca de problemas e possível tráfico de animais silvestres no zoológico de Goiânia, com repercussão também no zoológico de Brasília, envolvendo vários criadouros. Nós teríamos pouco a acrescentar no que já se encontra no inquérito. Trouxemos aqui uma cópia completa, tem vários documentos que nos chegaram recentemente, que ainda estão sendo analisados e que não foi possível no momento trazer, mas que está à disposição da Comissão. Eu não sei se seria melhor fazer uma explanação, uma leitura de algum documento, uma vez que eu vou deixar a cópia para ser juntada aos autos. Se quiser, a gente poderia ler aqui um resumo que foi feito...



**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sr. Presidente, gostaríamos de sugerir, tendo em vista essa metodologia, que nós pudéssemos ir às perguntas com o Dr. Paulo Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Inscrito o Deputado Casara, na seqüência, o Deputado Rosinha. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Com a ausência do Relator, o Deputado Hamilton Casara solicitou que eu fizesse essas perguntas, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não. Pois não, com prazer.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Eu gostaria que passasse até... Sr. Roberto Alves, o Relator deixou uma série bastante longa de perguntas. Então, nós vamos, talvez, trabalhar um pouco com calma, não é?, vamos... Essa investigação, a Polícia Federal iniciou-a quando?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Nobre Deputado, tudo começou com denúncias de uma funcionária do zoológico, Maria de Lourdes França Rabelo. Isso no início do ano, agora no mês de fevereiro. E quando esta pessoa nos procurou com uma série de documentos e dizendo que tinha denúncias graves sobre o sumiço de animais no zoológico de Goiânia e talvez, também, no zoológico de Brasília, com a participação de proprietários e alguns criadouros comerciais de Goiás, então a gente, diante... deslumbrando a gravidade do assunto em termos de possível tráfico internacional de animais, inclusive, e diante de várias denúncias que ela começou a relatar, nós havemos por bem tomar declarações, logo de início, e instaurar o inquérito. Então, nós procedemos à instauração do inquérito, que possibilitaria uma investigação mais completa de todos os fatos que... eram vários, muitos fatos que ela começou a narrar. E também tinha um relatório. Então, ela entregou esse relatório também na Prefeitura. Só que não deu, digamos, o resultado esperado. Parece que... Claro que, em sendo o zoológico uma fundação municipal, então houve lá algum problema, talvez conflito de interesse, não é? Em sendo a Prefeitura municipal responsável pela direção do zoológico, então, melhor seria que a investigação fosse através da Polícia Federal, e diante da possibilidade do tráfico



internacional de animais. Foi o que nós fizemos. Isso em fevereiro, tão longo tivemos a notícia, não é?, da... desses possíveis crimes e...

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Faz quanto tempo isto?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Isso foi agora, em fevereiro deste ano. De lá para cá...

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Fevereiro deste ano que começou a investigação?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Isto.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Quais os resultados dessas investigações que... já chegou alguma... já chegou a algum resultado?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Como eu estava explicando, diante de... da grande quantidade de fatos narrados e pessoas envolvidas e criadouros, dificultou um pouco o trabalho. Mas, mesmo assim, várias pessoas já foram ouvidas, muitas provas já foram colhidas. Temos bastante provas documentais. Recentemente oficiamos os órgãos responsáveis, no caso o IBAMA, o próprio zoológico, Batalhão Florestal, que nos enviasse a documentação dos animais encaminhados ao zoológico para que, a partir daí, fizesse uma investigação quanto à entrada e saída de animais.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Já foram indiciadas algumas pessoas?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Até o momento não, devido à necessidade de melhor analisar os documentos que chegaram recentemente. Só a 15, 20 dias, chegaram os documentos. Foi feita uma vistoria pelo IBAMA de Goiânia. Então, chegou esse relatório agora, recente.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor está trabalhando sozinho ou tem mais gente trabalhando com o senhor?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - A nossa delegacia tem um efetivo pequeno. Inclusive foi solicitado colaboração de servidores de outros locais. Vieram agentes de fora. Inclusive, eu gostaria de, depois, ao final, colocar a questão para a Comissão, que pudesse... que puder ajudar nesse sentido de conseguir pessoal capacitado, habilitado, para ajudar no caso.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Em reportagem publicada no *Correio Braziliense*, de 14/04 agora, de 2005, V.Sa. afirmou que o criadouro do Sr. Noel



Gonçalves Lemos é uma espécie de supermercado de animais, abastecido por zoológicos públicos. V.Sa. confirma essa afirmação?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Por tudo que já foi coletado de provas até o momento, temos aqui documentos de... configurados por um termo de permuta realizado entre o zoológico de Goiânia... Só um exemplo eu vou dar, mas existem vários documentos similares: termo de permuta de animais que faz o Parque Zoológico de Goiânia, nesta oportunidade representado pelo seu Diretor, Médico Luiz Elias Camargo e o Sr. Noel Gonçalves Lemes, proprietário da microempresa Serra Azul, em Quirinópolis, celebram o presente termo de permuta nas seguintes condições: o Parque Zoológico cede ao Sr. Noel Gonçalves Lemes vários animais que estão aqui relacionados, mais de 20 animais e, em contrapartida, o Sr. Noel Gonçalves Lemes cede: 1 - pagamento de mão-de-obra do recinto das aves; 2 - um computador completo; 3 - material de construção; 4 - transferência e licenciamento do veículo cedido pelo IBAMA; 5 - placas de computador; 8 - ninho para arara. Então, quer dizer, um termo de permuta totalmente irregular. Esse é um caso só.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Qual é a data desse termo de permuta?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Vinte e seis de junho de 2003, assinado pelo Noel e pelo Diretor, com 2 testemunhas. Isso aqui é só uma cópia.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - É o Noel... é aquele senhor, não é o filho dele, não, é?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - É do criadouro Serra Azul, Noel Gonçalves Lemes, tá aqui. Então, são vários casos. Então, isso aí foi uma reportagem da... acho que saiu no *Correio Braziliense*...

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Isso.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Deve haver vários. Foi no sentido de que, diante das denúncias que nos chegaram e pelo que a gente pôde verificar na época e, mais ainda agora, com o correr das investigações, é que realmente havia isso, está havendo. Havia um descontrole tal na quantidade, no recebimento dos animais e no encaminhamento, que realmente possibilitava que os criadores fossem lá e apanhassem ou requeressem os animais a seu bel-prazer, por simples permutas ou doações. E, dali para frente, eram comercializados sem nenhum controle, não tinha marcação, não tinha nada. Disso aí, há vários depoimentos aqui que já provam.



**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor está investigando só o zoológico e daí, por conexão, está investigando o criadouro do Sr. Noel também?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Outros criadouros também. Todos que estiverem com esse tipo de...

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Quantos criadouros o senhor está investigando?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Até o momento há 3 aqui que já foram ouvidos e temos documentos referentes a eles.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Os 3 recebem animais de zoológicos?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Todos os 3 receberam.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - De Goiânia e de Brasília ou de quais zoológicos?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Não só dos zoológicos. Às vezes, os próprios órgãos ambientais encaminham animais diretamente. Então, vamos verificar toda essa transação que há entre os órgãos que apreendem animais também e os levam diretamente para os criadouros.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Quantos zoológicos já encontrou na lista da investigação do senhor?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Criadouros?

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Não, zoológicos.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Não, no caso, aqui a gente... o inquérito está sendo direcionado mais com relação a transações relacionadas pelo zoológico de Goiânia.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - De Goiânia. O zoológico de Brasília, o senhor não está investigando?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Tem um outro colega aqui em Brasília que, que eu saiba, já está também investigando.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - E, quanto ao zoológico que o senhor está investigando, o senhor disse que a origem dos animais são de várias instituições, e também do zoológico de Goiânia. Tem algum outro zoológico que o senhor constatou ser fornecedor de animais ao criadouro do Sr. Noel? De algum outro zoológico, o senhor constatou, mesmo que o senhor não esteja investigando esse zoológico? O senhor constatou algum outro?



**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Veja bem, a gente sabe, tem documentos — inclusive, também foi instaurado esse outro inquérito em Brasília — que ele recebeu animais do zoológico de Brasília. Já tem documentação sobre isso também. Agora, a nossa intenção, dada a complexidade do assunto, a diversidade de fatos e pessoas envolvidas, é deixar esse inquérito para investigar mais com relação às transações realizadas pelo zoológico e à participação dos servidores do IBAMA. Inclusive, eu tenho 2 relatórios aqui já contraditórios, um de abril e um agora mais recente, após uma vistoria do pessoal do IBAMA de Goiânia. Então, são contraditórios e, por si só, já confessam que há realmente muitas irregularidades. Isso está documentado.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Naquela mesma reportagem que citei, o senhor disse que tinha suspeita de que esse esquema está conectado com o tráfico internacional de animais. Eu pergunto: nas investigações, até agora, tem se confirmado essa suspeita que o senhor disse que existia?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Veja bem, diante do descontrole que já foi detectado, da falta de observação de vários quesitos na saída de animais do zoológico e devido ao alto preço desses animais no exterior, tudo leva a crer que, realmente, há uma conexão internacional. Existe muito tráfico no sentido de fornecer animais para criadouros, talvez, até regionais ou somente nacionais, mas a idéia que se leva a crer, realmente, é que existe também essa conexão internacional. Se foi detectado? Tem um fato só, aqui, de um rapaz que já foi ouvido, cujo depoimento já consta aqui, e vai ser indiciado. Foi feita uma busca numa chácara dele em Goiânia. É sobrinho do atual Diretor do zoológico. Sabia-se que havia vários pássaros nessa chácara. Só que, quando a gente chegou, só conseguiu pegar um pássaro. Mas ele mesmo falou que ele está sendo investigado em outro inquérito, em São Paulo, porque ele compra animais em Goiás, nesses criadouros, e acha que está até correto. Vai lá, tira uma guia, não sei o quê. Só que ele está fazendo isto comercialmente: compra animais em Goiás e os encaminha para São Paulo. E tem firmas que são de exportação.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Como é o nome desse rapaz?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Sílvio Terra, sobrinho do atual Diretor, Fernando Silveira. E trabalhava no zoológico. Ou seja, só complementando, existem vários fatos, possivelmente, houve transações, talvez até tráfico



internacional. Agora, o que a gente está procurando é verificar e constatar, provar, pelo menos, um fato que seja. Nesse caso do Sílvio Terra, já há elementos que comprovam. E há depoimentos de pessoas que trabalharam no zoológico também que disseram que, fazendo bicos ou trabalhando esporadicamente para o Noel, transportavam animais do criadouro do Noel direto ao aeroporto de Goiânia, o que já está nos autos.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor citou que começou essa investigação por denúncia da Sra. Maria de Lourdes. Ela esteve nesta CPI e disse que telefonava várias vezes para o senhor para tentar fazer flagrantes na hora de tirar os animais. O senhor esteve em algum desses flagrantes? Atendeu algum desses telefonemas?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Vários. Desde o início, a gente tem conversado, tem procurado ir atrás de todos os fatos. Agora, também não tenho uma equipe à disposição 24 horas por dia se, por exemplo, ela cismar que vai sair algum animal, não podemos ficar lá o tempo todo. Ela trabalhava lá, ela estava por conta só disso. Nós temos uma delegacia, como eu disse, enxuta, que está em fase, poderíamos dizer, de criação. A Delegacia Ambiental, no Departamento de Polícia Federal, é recente, é nova. Então, a gente ainda não tem pessoal suficiente. Então, o que houve... Também não posso sair simplesmente, por uma simples denúncia, já sair, chegar lá, apreender e... Isso demanda melhor fundamentação, requer um mandado de busca e apreensão, esse tipo de coisa.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Nenhum flagrante, então, foi feito?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Nesse caso, ainda não foi feito flagrante. Foi feita uma busca, porque havia elementos suficientes. Fizemos uma busca na chácara do Sílvio Terra. Mas vamos. Em seguida, vão ser feitas buscas e, possivelmente, apreensões de animais que estejam em situação irregular, tanto no zoológico como nos criadouros.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Sr. Presidente, essas representam a metade das perguntas. Era interessante que o Deputado Hamilton Casara... Depois, se for o caso, a gente volta com as restantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, Deputado Hamilton Casara.



**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria, neste momento, de agradecer pelas contribuições ao Dr. Roberto Alves de Castro, que, ao longo da sua vida profissional, tem prestado vários trabalhos no combate ao comércio ilegal de animais, particularmente, na região do Pantanal. Por conhecer seu trabalho, Dr. Roberto, ficamos satisfeitos em saber que V.Sa. assumiu há pouco tempo a frente dessas investigações. Por conhecer seu trabalho, sua experiência, entendemos que será de extrema importância para que possamos identificar esse desbalanceamento que nós temos entre entradas e saídas de animais em criadouros, e assim por diante. Eu só gostaria de perguntar, Dr. Roberto, se porventura V.Sa. já teve posse do livro de entrada e saída desse criadouro e se, porventura, V.Sa. tem já pego também a relação, a lista de óbitos de animais nesse último período de 2003 para cá.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - São todos os documentos que foram por nós requisitados. Houve demora também significativa por parte dos órgãos em atender, e só agora, recentemente, que recebemos tanto da parte do zoológico quanto do IBAMA muita documentação que ainda, como eu disse no início, teria que ser feita uma análise. Eu estou aguardando pessoal especializado, porque é uma área que realmente tem de ser especializada, tem que entender, para fazer esse cruzamento de dados e chegar-se a uma conclusão. Só que, a par disso, temos um relatório aqui do próprio IBAMA que conclui sobre esses documentos. E, nesse relatório, acaba por confessar vários fatos que levam à prática de irregularidades.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Muito obrigado, Dr. Roberto. Sr. Presidente, apenas para registrar que entendo, como grau de importância, que, após ouvidos todos os depoentes e os convidados, que nós pudéssemos ter, junto com a Assessoria desta CPI, uma conversa já na Secretaria desta Comissão com o Dr. Roberto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, que está inscrito. V.Exa. gostaria de concluir as perguntas do Relator?

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Sim, há mais algumas deixadas pelo Relator. O senhor esteve já no criadouro do Sr. Noel, Dr. Roberto?



**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Veja bem: muitos fatos foram trazidos pelos denunciante, e nós procuramos, primeiro, ouvir as pessoas envolvidas, vários funcionários do zoológico, pessoas que trabalharam, outras que tinham ciência de alguns desses fatos relacionados. E estamos tentando montar equipes; já houve a tentativa de instalação de uma (*ininteligível.*) na Câmara Municipal em Goiânia. Então, por que ainda não fomos? Fomos a outros criadouros, mas ainda não fomos até o criadouro do Noel, porque entendemos que a gente deve ir mais embasado, ter mais informações, mais documentação e vai ter que ser uma equipe. Eu acabei de conversar com um colega do IBAMA e já está prevista uma montagem de uma equipe agora, para o início de agosto. Então, é necessário que o órgão ambiental esteja junto com a Polícia Federal e todas ...

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Mas o senhor não acha que quanto mais demora menos vai encontrar lá?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Não é o caso. Nós já temos todas as documentações, já temos muita documentação de coisa, temos esses termos de permuta, temos coisa que já foi para lá, que já saiu. As denúncias já existem, e os documentos, também. Os fatos já foram praticados. Agora, tão logo a gente tenha mais condições e equipes do IBAMA, porque o órgão ambiental encarregado dessa fiscalização é o IBAMA... A Polícia Federal, no caso, vai acompanhar, dar o reforço e, como já tem o inquérito, vai prosseguir e vai aproveitar os fatos para indiciar ou não.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor só ouviu pessoas até agora do zoológico?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Não, eu já ouvi criadores também.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Já ouviu criadores também.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Tem um criador em Goiânia muito conhecido, o Dr. Marco Emmano, que tem muitos animais lá. Ele recebe animais de doação, recebe animais de zoológico. Desse, por exemplo, eu já poderia até adiantar, tem algumas irregularidades, pequenas, mas tem. Então, por exemplo, o que foi encontrado lá vai ser apreendido. Agora, são pessoas que você vê, nesse caso do Sr. Marco, ele tenta seguir a legislação. Você vê que é uma pessoa... é diferente, é um comércio menor. Não é o caso do Noel, que pegou grandes



quantidades, tanto do zoológico de Brasília como do de Goiânia, e realmente pratica comércio em quantidade maior.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O Diretor do zoológico, o senhor já o ouviu? O atual Diretor do zoológico?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Ainda não. O Diretor do zoológico e o Noel, a gente está deixando para o final.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Não foram ouvidos ainda?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Ainda não foram ouvidos. Mas já temos vários indícios de alguns dados.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor tem suspeitas de tráfico internacional. O senhor disse na imprensa e aqui também não negou. O senhor solicitou a quebra do sigilo telefônico para ver essas ligações?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - O inquérito, como eu disse antes, iniciou-se agora em fevereiro. Temos vários casos, vários inquéritos em andamento sob nossa responsabilidade. A nossa equipe é mínima. Tanto é que, diante destes fatos que estão se avolumando, a nossa idéia é desmembrar o inquérito, deixando um para o zoológico e abrindo outros para os criadouros que forem aparecendo e que tiverem algum indício de irregularidade. Todas essas medidas de busca e apreensão, de quebra de sigilo, isso fatalmente vai ser procedido em seguida, e vão ser feitas, e tenho certeza de que vão levar a bons resultados.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor investigou as viagens do Diretor Fernando Silveira para os Estados Unidos?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Foi levantada essa questão porque existe essa presunção de tráfico internacional. Uma vez que ele se encontrava nos Estados Unidos há bastante tempo, então, isso aí também vai ser investigado, inclusive, através de contatos com o pessoal do Fish and Wildlife Service, dos Estados Unidos.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - A INTERPOL foi solicitada?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - A INTERPOL também vai ter que entrar. Como eu disse, é um inquérito que está bastante recente. Agora é que estão chegando... Agora, há cerca de 15 dias, que recebi o primeiro relatório do IBAMA.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor tem trabalhado junto com o Ministério Público ou não?



**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Está a par de todos os fatos, o Ministério Público Federal.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Está trabalhando junto?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Está trabalhando junto. E a gente precisaria trabalhar realmente junto, de mãos dadas mesmo, para que se tenham bons resultados, junto com o IBAMA, que é o órgão que deve olhar e que tem que saber o que ocorreu lá realmente.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - É verdade que o Diretor Fernando Silveira é sobrinho do Secretário de Governo Flávio Peixoto, o mesmo ocorrendo com o Dr. Rafael, atual substituto do Diretor?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O Dr. Ary, Diretor do IBAMA, deu declarações na televisão dizendo que não existe nenhuma anormalidade no zoológico de Goiânia. O senhor já ouviu alguns técnicos do IBAMA sobre essas declarações, sobre essa postura?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Estivemos lá para fazer uma reunião com o Sr. Ary há pouco tempo e, na época, dadas as denúncias e pelo fato desta senhora, Dona Lourdes, ter ido lá, então, ele queria saber, ter um resultado. A mídia, a imprensa, todos querendo saber o que estava acontecendo, então, parece que há 2 ou 3 meses ele deu, realmente, uma entrevista dizendo que estava tudo certo, que não tinha nada. Tenho aqui, inclusive, uma cópia de um relatório dessa comissão dizendo isso, que se chegava à conclusão de que não havia grandes problemas. Só que agora, recentemente, depois dessa vistoria realizada por uma equipe do IBAMA, 4 técnicos assinaram, Anderson Carneiro Marinho, Analista Ambiental; Kelly Bonach, Consultora; Ivaldo Moreira de Carvalho, Analista Ambiental — se não me engano, o Ivaldo é o Chefe do Setor de Fauna e Flora —, e Isaías José dos Reis, Analista Ambiental... Então, por esse relatório, o próprio IBAMA diz, discorre sobre todas as diligências realizadas, o que foi feito. Num dado momento, diz que, na análise da planilha do Anexo III, apuraram-se 98 aves, 142 mamíferos, 71 répteis, totalizando 311 animais sem documentação comprobatória de saída e óbitos nos anos de 2003, 2004 e tal. Esse é só um caso. E tem mais coisa. Está tudo aqui, que vou passar à Comissão.



**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Dr. Roberto, anteriormente, o senhor disse que não sabia, não sabe, não tem conhecimento se o Diretor Fernando Silveira é sobrinho do Secretário de Governo Flávio Peixoto. A pergunta que nosso Relator deixa é se V.Sa. já conversou com o Secretário pessoalmente ou por telefone a respeito desse caso, com o Secretário Flávio Peixoto.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Ainda não, porque, como eu disse, veja bem, foram muitos fatos trazidos. Eu também não podia sair indiciando ou apreendendo antes de ter mais condições de saber, realmente, o que estava acontecendo. Então, procuramos começar a ouvir as pessoas que trabalhavam. A própria Lourdes indicava: fulano trabalha lá, sabe isso, sabe aquilo. Então, a gente começou a chamar. Então, já ouvimos muitas pessoas. E começou a chegar documentação. Então, digamos, a parte do Poder Executivo Municipal, a gente conhece o pessoal, sabe que são pessoas idôneas, foi nomeada essa Diretoria recente, agora em janeiro. Só que já existem esses fatos. Das muitas irregularidades que eram da administração anterior, algumas continuaram. A principal delas, eu diria, que possibilita haver qualquer tipo de coisa, é a falta de controle dos animais, a falta de marcação. Existem várias marcações para cada tipo de animal. Isso aí eles mesmos, já em vários depoimentos aqui na Comissão, em vários outros locais, já confirmaram que, realmente, não existe esse controle efetivo dos animais, tanto do plantel fixo do zoológico como daqueles que são recebidos, que eles consideram excedentes, a título de doação, apreensões. Isso já foi em vários momentos confirmado, por vários funcionários e dirigentes do zoológico, da administração anterior e desta. Só complementando essa última pergunta, que o Ary disse que estava tudo certo, realmente, tivemos uma reunião com toda a Diretoria. Falou que 98% do que a Lourdes fala é mentira, e tal. Falei: olha, calma aí. Aí, a gente começou a conversar, e vi que ele estava mandando no pessoal, mas talvez não estivesse bem a par dos fatos. Falei: olha, tem isso, tem coisa, tem documento, tem depoimento. Aí, acho que ele formou essa última equipe, realmente foi lá e, aí, eles mesmos estão dizendo aqui. Olha bem, só o final do relatório: *“Como medida necessária e urgente em relação ao zoológico de Goiânia, visando a um controle eficiente de animais apreendidos e sua movimentação, assim como controle no seu destino, sugere-se que as atividades do CETAS... — que é o centro de triagem dos animais — sejam assumidas pelo IBAMA, desvinculando-o do zoológico de Goiânia,*



*dotando-o de estrutura própria e capacitada, com recursos suficientes e definindo em orçamento específico, não se descartando outras alternativas.”* Ou seja, a própria conclusão do IBAMA diz que o negócio não tem condição de continuar do jeito que está. Para mim, é o suficiente.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Sr. Presidente, essas eram as perguntas que o nosso Relator deixou. Consulto V.Exa. se posso fazer algumas minhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Na seqüência, por favor.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Vou continuar, Dr. Roberto. Foram perguntas elaboradas agora, enquanto o senhor respondia as perguntas deixadas pelo nosso Relator. O senhor tem conhecimento da existência de uma rede internacional de tráfico de animais? O senhor tem conhecimento da existência de alguma rede?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - O tráfico de animais, tanto em nível nacional como internacional, é público e notório que existe. Já vários casos são detectados. Só para citar um exemplo, foi aquele de alguns répteis, cobras. Onze cobras que vieram de São Paulo, passaram por Goiânia via Sedex, mas foram pegas nos Correios em Goiânia. Dali iam para Belém e, depois, Holanda. Esse é um caso, só que aconteceu agora, recentemente. São aquelas cobras.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Foi identificado quem...

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Foi identificado como um caso de tráfico internacional.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Mas foi identificada a rede que estava fazendo esse tráfico?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Foram identificadas pessoas de São Paulo, de Goiânia, várias pessoas envolvidas. Que existe, isso não tem sombra de dúvida. E Goiás é uma rota de tráfico, também não tem dúvida. Agora, o que precisa ser feito é ter... Talvez, um dos motivos de eu ter vindo aqui, além de outros, é que quero conversar com a Comissão, com os nobres Deputados, no sentido de aparelhar melhor todos os órgãos, não só a Polícia Federal, mas ajudar caso o IBAMA não tenha pessoal, não tenha técnicos habilitados. Não adianta ele incentivar a criação em cativeiro sem ter técnico ou alguém para ir lá olhar e saber o que está acontecendo, quais animais chegaram, aqueles que saíram, como é o tratamento



desses animais. Se se deixar à vontade, acontece isto aqui: não existe controle, não vai dar os resultados esperados, inclusive, com legislação pertinente. Quer dizer, você faz uma legislação para incentivar a criação em cativeiro, mas não dá condições para o órgão fiscalizar, no caso, o IBAMA. Ou, no caso da Polícia Federal, foram criadas as Delegacias Ambientais, só que trabalhamos com a área de animais, área de mineração, de madeira — assim como o nome da CPI é abrangente —, tráfico de animais, plantas silvestres brasileiras, exploração e comércio ilegal de madeira. E ainda faltou mineração, que é um setor também que, na hora em que se começar a mexer em DNPM, etc, só em Goiás, onde a gente está, tenho vários inquéritos com denúncias de irregularidades na área de mineração.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Nessa...

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Então, só concluindo, seria isto: o que se precisa é dotar os organismos, os órgãos responsáveis, para que realmente eles possam exercer seu papel.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Nas investigações da Polícia Federal e nas investigações levadas pelo senhor, como esses animais saem do País? Por que via e de que maneira que eles saem, para isso poder ser inibido ou investigado?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Isso aí existem filmes, reportagens sobre isso, todo o mundo sabe como sai: sai por aeroportos, sai por portos. O que eu estou dizendo é que Goiás é um corredor do tráfico. Por que? Porque vem de Mato grosso, vem do norte de Mato Grosso, vem do Nordeste, descendo aqui também, passando por Brasília. Então, Goiás, pela própria situação geográfica, é um corredor de tráfico, não só de animais, todo o mundo sabe, mas também no caso de drogas — já atuamos bastante nessa área em Mato Grosso. Goiás acaba se transformando nesse corredor devido à sua localização geográfica. O tráfico existe, o *modus operandi* é conhecido. Agora, o que eu digo para o senhor é o seguinte: no caso da Polícia Federal, foram criadas agora, recentemente, dentro da sua estrutura, uma Divisão Ambiental e as Delegacias em cada Superintendência. A nossa idéia é que a nossa Delegacia seja dotada, o mais rápido possível, de meios, de recursos humanos e materiais para realmente passar a investigar todos esses casos nessas áreas. A gente sabe que existe, pega-se pouca coisa ainda, mas a tendência é que



essa investigação, que, assim que tiver todos esses meios, eu tenho certeza de que vai dar resultado e vai inibir o tráfico de animais.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Nesse tráfico, existe o tráfico de ovos e de sangue de animais? Nas investigações do senhor, o senhor chegou a alguma conclusão desse tipo de tráfico?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Não, veja bem, eu vim falar sobre a investigação, o inquérito do zoológico. Outras investigações nós temos desenvolvido mais é na área de pesca predatória, de caça ilegal, porque toda a área, por exemplo, Rio Araguaia, rios federais de Goiás, ficou teoricamente sob nossa jurisdição. E a gente também tem consumido muito tempo na área de mineração, com relação a inquéritos de origem do DNPM, irregularidades na área de mineração, que Goiás também, Ne, tem muitos casos.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Bom, o senhor citou, mais de uma vez, a Sra. Maria de Lourdes, Ne. Ela veio depor aqui, ela fez uma série de denúncias. Qual é, mais ou menos, assim, se o senhor puder dar um percentual de que essas denúncias têm fundamento?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Veja bem, no início... Eu nunca duvidei da denúncia dela, porque fez um relatório como aquele — já era um relatório consistente — e conhece, trabalha lá dentro. Quer dizer, eu não duvido das denúncias em si, apenas entendo que cabe a nós uma investigação mais aprofundada antes de sair acusando. Então, se você me falar hoje: vai prender, vai ser condenado, etc, o que eu tenho são indícios. Já tenho relatórios aqui, já tenho uma lista, digamos assim, de pessoas que vão ser indiciadas; já tem aqui, digamos, a tipificação. Agora, não vou dizer que tudo que ela fala seja verdade, por isso, a gente instaurou o inquérito e está investigando. Agora, já fomos atrás de muita coisa, já recebemos provas documentais, temos muitos documentos e depoimentos que levam a crer que muito do que ela falou é correto, e já está provado. Tanto é que vai resultar no indiciamento, em breve, de várias pessoas, conforme já está aqui no relatório.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor, eu acho, porque se está acompanhando seu depoimento agora, não consegue acompanhar o serviço. Eu tenho a impressão de que está muito lenta — é impressão minha, pessoal —, que



está lenta essa investigação. Se a minha impressão for verdadeira, se o senhor concordar, a que se deve essa lentidão?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Eu não diria lenta, eu diria que ela está sendo cuidadosa e trabalhosa, dada a diversidade dos fatos, como eu disse, da quantidade de pessoas e locais envolvidos. E a gente está trabalhando para montar uma equipe maior para, digamos, deslanchar mais o serviço e a investigação.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - A equipe é pequena?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - A equipe ainda é pequena.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O senhor solicitou o reforço para a equipe?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Já solicitamos reforços. Vamos deixar também aqui na Comissão um pedido de ajuda para que, juntamente com a Polícia Federal... Eu tenho, digamos, uma pessoa muito boa lá em Mato Grosso, mas é o próprio órgão que tem dificuldades de remanejar esses servidores. Então, eu consegui que ele viesse por 30 dias, mas eu preciso que esse servidor fique, pelo menos, até o término deste inquérito. Então, é esse tipo de coisa que a gente vai tentar conseguir. Rápida, eu diria que não está. Agora, ela está sendo cuidadosa e levada dentro do que é possível, dentro do que a gente tem condições e está sendo feita, garanto-lhe, da maneira apropriada.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - O Deputado Hamilton Casara fez uma pergunta ao senhor — esta é a minha última pergunta — e o senhor disse que tinha um relatório aí. É aquele relatório que o senhor leu, alguma coisa do IBAMA, ou é um outro relatório que o senhor disse a ele que tinha?

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Eu tenho relatório desse agente especial que veio para acompanhar o caso, já com conclusões, após análises de documentos e depoimentos, e que já aponta para realmente a existência de várias irregularidades e da possibilidade de indiciamento de algumas pessoas. E tem o relatório primeiro do IBAMA que, a princípio, disse que não teria problema, não tinha nada de errado no zoológico. E já tem este último, que tem várias passagens em que se constatou a existência de irregularidades.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Obrigado, Dr. Roberto. Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Gervásio Oliveira.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Dr. Roberto Alves, infelizmente, eu cheguei aqui um tanto quanto atrasado, e não assisti à sua explanação, mas depois que eu ouvi aqui as indagações do Deputado Dr. Rosinha com a indagação do Deputado Hamilton Casara, talvez, eu possa contribuir também com alguns comentários e algumas perguntas à proporção em que formos nos manifestando.

O senhor colocou aí que o relatório do IBAMA com o relatório dos criadouros não batem. E, na verdade, parece-me que, apesar de haver uma legislação, que ainda, para os criadores, não está assim bem aprimorada no que diz respeito... Não está ainda de acordo com a realidade brasileira, com aquilo que deveria realmente ser feito. Mas, com o tempo, evidentemente, a gente vai ajustando. Nós sabemos que, claro, não todos, mas alguns criadores servem como âncora para o tráfico de animais e também, em algumas situações, eu queria lhe dizer que também eles servem até para o tráfico da flora. E eu aqui lhe perguntaria se o senhor tem contato com os Estados fronteiriços brasileiros, com os Estados que fazem fronteira com outros países, mais precisamente da Amazônia. Eu lhe faço essa pergunta pelo seguinte, Dr. Roberto: eu sou do Amapá, sou Parlamentar do Amapá, e já tive a oportunidade de várias vezes ir à tribuna e denunciar o tráfico de animais, de répteis, da flora, saindo ali pelo departamento francês. E existe uma vila, um Distrito do Município de Oiapoque, no Amapá, que se chama Vila Brasil. Certamente, o senhor tem conhecimento sobre o que acontece na Vila Brasil. Certamente que tem. Lá, sem dúvida alguma, disso eu já recebi denúncias de órgãos do Estado... E aí eu também concordo com o senhor que o IBAMA não está ainda equipado devidamente, não só em relação ao número de fiscais, ao número de técnicos da área, mas também quanto ao equipamento, à infra-estrutura, principalmente, para a Amazônia, onde é muito incipiente. Aquele técnicos, eles trabalham, muitas vezes, mais pelo seu esforço, pelo compromisso da profissão do que propriamente pelo equipamento que eles têm, porque, como o senhor já colocou aí, realmente, são várias atividades. E nós trouxemos essas denúncias para a tribuna da Câmara, quando tivemos oportunidade de denunciá-las. Até entrei em contato com a Polícia Federal. Se a Polícia Federal foi lá ou não, eu não tenho conhecimento, porque realmente esse retorno, esse *feed-back*, ele fica um tanto quanto difícil, porque



nossas atividades aqui também são múltiplas, assim como da Polícia Federal também. Mas o que acontece no Amapá, e não é só na Vila Brasil, sai também pelo próprio Município de Oiapoque, uma travessia que tem de 20 minutos de catraia — catraia é aquele motor, aquela voadeira —, porque é constante essa travessia. E eu já tive a oportunidade de verificar que também há um tráfico de animais por esse meio, nessa facilidade que existe lá. Talvez, pessoas travestidas de turistas, que entram facilmente no Município de Oiapoque, também tenham facilidade de fazer esse tipo de tráfico. Basicamente, o que eu queria lhe dizer é que, quando a gente se afasta um pouco da Amazônia, o tráfico de animais silvestres e da flora também são mais mascarados, são mais empanados. Mas, na Amazônia, não, há um escancaramento, é à vontade, entendeu? E eu pergunto ao senhor se, porventura, vocês tiverem esse intercâmbio com os Estados fronteiriços, como é que está essa fiscalização, se a Polícia Federal tem tido apoio nesse sentido. E o senhor já colocou aí a dificuldade que vocês têm de trabalhar com o IBAMA, exatamente por causa do equipamento, dos técnicos que faltam ao IBAMA. E, por último, quero lhe dizer que o senhor foi feliz quando o senhor colocou a questão das gemas, que é a questão da mineração. Nós propusemos que também fosse fiscalizada a questão da mineração, tivesse uma fiscalização, mas, infelizmente, nós não podemos, nós não tivemos, até por causa das atividades que eram tantas — é a flora, são animais.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Lá tem diamantes.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - É, tem muitos diamantes, tem outros minérios, que também, inclusive, são minérios estratégicos e que a gente tem o conhecimento, já foi apreendido pela Polícia Federal lá do Estado, se eu não me engano foi pela Polícia Federal, pela Polícia Militar, mas eu acho que foi pela Polícia Federal, de minérios até que servem para atividades estratégicas, exportadas para o Iraque. E, depois dessa denúncia, ou depois dessa apreensão, não se sabe quais as providências que foram tomadas. Mas o que eu quero lhe dizer é que, na verdade, houve uma impossibilidade de nós fiscalizarmos, incluirmos na CPI da Biopirataria a questão das gemas, a questão da mineração, exatamente pelo número de atividades que nós já íamos fiscalizar, está certo? Então, eu queria, para encerrar, a minha indagação principal, o viés principal e a minha preocupação, até por ser um Parlamentar da Amazônia e saber o que acontece lá, a facilidade que tem o tráfico de animais e de vegetais para outros países, e até também já foi constatada a



questão de sangue extraído por pesquisadores de outros países, extraído de índios. Isso foi publicado em nível nacional pelas revistas de grande circulação nacional, pelos jornais de grande circulação nacional, mas o importante, Dr. Roberto, é que nada foi feito, ou pouco, para não ser leviano, pouco tem sido feito. E eu pergunto a V.Sa.: quais foram ou quais são as providências que a Polícia Federal tem tido, tem dado, em relação à questão da biopirataria, em relação à questão da Amazônia? Mais precisamente dos países fronteiriços, onde há uma facilidade muito grande do tráfico de animais e vegetais para outros países, a partir da região amazônica.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Deputado, agradeço essa manifestação, de certo modo, de apoio, e complementa também aquela idéia inicial nossa. Para responder ou para, digamos, me manifestar sobre o que o senhor disse, seria necessário, veja bem, nós trabalhamos em Mato Grosso também, já em fronteiras, em outros locais, e a gente já detectou, já tinha visto esses problemas. Nós sabemos da existência desse tráfico que o senhor acabou de relatar, por exemplo, de forma descarada, diuturnamente. Se você hoje passar por estradas acho que mais próximas do Maranhão, o pessoal mata as pacas à noite e vende de dia nas estradas — é comum, existe isso, e outros animais. Então, quer dizer, isso aí a gente sabe que existe. O que eu gostaria de dizer para o senhor e que eu fico assim, de certo modo, acho que todos nós, envolvidos com o meio ambiente, de uma certa maneira, o meu envolvimento se deu devido ao trabalho em Mato Grosso, quando ainda não tinha a Lei nº 9.605, estava no início, não existia na Polícia Federal, era tudo dentro da área da fazendária, bens da União, então, não existia uma divisão. Então, quando a gente estava em Cáceres, no Mato Grosso, o Dr. Damásio, eu me lembro do dia, a gente já estava fazendo esse trabalho, porque já era, como o Dr. Hamilton Casara nos conheceu lá, a gente já gostava de trabalhar nessa área, vendo o problema de pesca predatória, etc, na região, juntamente com o IBAMA. Todo lugar em que nós trabalhamos eu procurei trabalhar sempre junto com um órgão ambiental, o IBAMA, no caso de lá, a FEMA também, que é um órgão estadual. Então, a gente vê claramente que o senhor demonstra essa preocupação com essa área em que a gente trabalha hoje. Trabalhamos em várias outras, mas é uma área em que a gente trabalha hoje. Trabalhamos em várias outras, mas é uma área em que gostamos de trabalhar, que nós realmente optamos, motivo esse que, devido a esse trabalho nosso, no Mato Grosso, com a instalação de uma divisão



ambiental na Polícia Federal — foi separado, hoje é uma divisão —, foi criada uma delegacia em cada Superintendência, hoje, em todos os Estados. Em todas as delegacias descentralizadas deve ter um núcleo ambiental. No nosso caso de Goiás, temos Jataí e Anápolis em que vão ser implantados esses núcleos. Eles já estão fazendo o trabalho deles nessa área, que Goiás já está implantado. O fato é que, eu diria, digamos, alvissareiro que nos motiva a pensar que realmente esse tipo de coisa, esse tipo de crime... não digo que vai acabar. É como o tráfico de drogas, quem vai garantir que vai acabar? Pode-se combater, diminuir, etc, mas, no caso, devido a essas extensas fronteiras nossas, com mais de 6 mil quilômetros de fronteiras secas mais todo litoral, essa costa imensa, o que a Polícia Federal tem feito nesse caso de positivo: a criação dessa divisão ambiental, a criação das delegacias em todas as Superintendências. Agora, eu já estou adiantando e dizendo aqui para o senhor, para os ouvintes que, apesar disso, é um fato altamente positivo, mas que precisa ainda que todos os órgãos, todas as pessoas motivadas que entendem e que gostem dessa área ainda dêem um pouco mais de ajuda no sentido de que não basta se criar uma delegacia, ou uma gerência executiva do IBAMA, ou um escritório do IBAMA, em algum lugar. Tem de ter meios, ter pessoal habilitado — não é só pessoal habilitado, não é só qualquer pessoal, tem que ser habilitado e que entenda. E tem que ter recursos materiais, tem que ter carro. Por exemplo, a Delegacia de Goiânia, por exemplo, não tem uma canoa, um barco. Se eu quiser fazer um trabalho no rio Araguaia ou que demande aí utilização de barcos, eu teria que ver com o IBAMA ou com batalhão florestal. Quer dizer, isso tudo dificulta. Agora, não estou também reclamando. Aliás, eu prefiro dizer que eu estou aplaudindo a instalação e a criação dessa divisão e dessas delegacias, porque antes não existiam. Então, infelizmente, nós temos é de ter a calma e a percepção necessária de ver que é um começo. Então, o que o senhor disse aí que vê as coisas acontecerem lá, será que alguém fez alguma coisa? Eu diria o seguinte: nós temos uma delegacia lá no Estado, e tem os núcleos, e temos gente para isso. Agora, precisa ter mais condições, precisa que uma Comissão dessa, aqui da Câmara dos Deputados, uma CPI da Biopirataria com todos os órgãos.... Há até um comentário: faltou a parte da mineração, que é importantíssima também. Então, eu diria o seguinte: se esta CPI chegar à conclusão...



**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Mas certamente só depois vai acontecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Para concluir Dr. Roberto, por favor.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Sim?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Só para o senhor concluir.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - O inquérito está sendo trabalhado, as investigações, neste caso e em outros, os senhores podem ter certeza que vão ser procedidas da melhor maneira e vai-se chegar a uma conclusão. Realmente, não vai acabar em pizza. Já tem uma lista aqui, e logo vai ter indiciamento. Se a CPI, a meu ver, chegar à uma conclusão e que pelo menos mostre ao público, mostre à população e, principalmente aos dirigentes, que é uma área importante que precisa ser mais incentivada e dado mais condições de trabalho para todos os órgãos, só isso aí eu acho que já seria um grande avanço, uma grande coisa se a CPI conseguisse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Deputado Gervásio.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Certamente, pela importância estratégica e econômica que tem a Região Amazônica, o senhor tem... Nós concordamos com o senhor que a Amazônia deveria ter um apoio infinitamente maior em relação a essa questão, Sr. Presidente, Deputado Rosinha, porque todos nós sabemos da importância da Amazônia para o Brasil e até para o mundo todo. Mas eu pergunto ao Dr. Roberto se há esse intercâmbio entre vocês, se há essa... Eu sei que não é da sua alçada, no Amazonas e no Amapá, tem Superintendência da Polícia Federal, tem em Roraima, tem em Rondônia. Mas se há esse intercâmbio, essa troca de informações entre vocês e se, por ventura, há um apoio da Polícia Federal. E pergunto isso a V.Sa., porque o senhor está muito mais próximo daqui de Brasília, e sabemos que, apesar de a comunicação hoje ser rápida, ser muito mais fácil e facilitada também, mas a distância também entre o poder central é de grande relevância. Se há essa comunicação, se há providências em relação a esses lugares assim, que sabemos que acontece. Por exemplo, em relação à Vila Brasil... E aí tem lá Santa Helena em Roraima; Rondônia também certamente tem os mesmos problemas. Um dia desses nós, aqui, nesta Casa, nesta Comissão, ou melhor, a Comissão da Amazônia foi palco de discussão em relação à questão da Reserva



Roosevelt e os diamantes eram explorados indevidamente, era resultado ou era elemento de tráfico internacional, enfim. Então, cada Estado desse da Região Amazônica que faz fronteira... Tem o Mato Grosso também. Enfim, há essa informação? Existem essas providências tomadas pela Polícia Federal?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Eu só quero fazer um lembrete, Deputado, que o art. 256, § 5º, do Regimento Interno, coloca que, na CPI, as perguntas devem se ater à razão do convite ou do convocado.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Do Estado de Goiás. Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Porque, senão, nós vamos ficar discutindo a Polícia Federal a nível nacional e na Amazônia e vamos ter um outro debate o dia inteiro.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Mas eu fiz essa pergunta exatamente porque também ele colocou de forma generalizada. Ele citou o intercâmbio em relação à questão da Amazônia e tal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Então, eu só quero fazer esse lembrete, senão nós vamos entrar em outro debate, fugindo do objetivo e do objeto da vinda aqui do Dr. Roberto. Passo a palavra ao Dr. Roberto, se ele desejar fazer algum comentário a respeito da última questão.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Eu vou ser um pouco mais rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Também sendo breve, por favor.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Só no sentido de dizer que, assim como foram instaladas essas delegacias, existe hoje... É só mais para o pessoal também entender a área ambiental na Polícia Federal como está se procedendo. Existe hoje, da parte da direção, um grande envolvimento com esta área. Foi criado um centro de especialização de Polícia Ambiental em Manaus. Já se sabe da criação de mais 1 ou 2 em breve. Ou seja, está se tendo para muito breve, formando uma polícia ambiental, quer dizer, além de federal, que seja habilitada no meio e, na prática, combata crimes ambientais. Então, isso aí, acho que é de grande importância e já está acontecendo em todos os locais do Brasil. E tem uma divisão nacional aqui que vai formar um grupo, digamos, de elite para atuar nessas questões ambientais a partir de Brasília.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Eu chamei a atenção naquele momento daquela questão da pergunta, Deputado, porque nós temos mais um agora pela manhã para ser ouvido, e temos, à tarde, 2 ou 3 ainda... Três. Nós vamos ter longo tempo de trabalho. Então, se nós ficarmos fazendo outras questões que são importantes, mas não referentes ao objeto, nós vamos ficar aqui até meia-noite. É só com esse objetivo.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Está certo, Deputado. Eu fiz a pergunta exatamente porque certamente ele já havia respondido quase que todas as questões, as indagações em relação à questão aqui de Goiás, Estado onde tem a sua jurisdição, exatamente para que pudéssemos ter a informação também se era conhecimento de delegados da Polícia Federal de outros Estados em relação a essa questão da Amazônia, que é muito discutida e é muito interessante também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Consulto o Deputado Hamilton Casara se deseja fazer mais algum questionamento.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sim, Sr. Presidente, apenas para aproveitar o momento e deixar registrado, acima de tudo, para que a assessoria desta Comissão possa fazer um juízo e sinalizar algumas recomendações. Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, enfatizar sobre o que nós estamos observando principalmente da metade desta CPI para cá. Existe a boa vontade das pessoas instaladas, e aqui ficou muito patente nas palavras do Delegado Roberto nesse sentido. Estamos vendo aqui que a questão orçamentária vem cada vez mais sendo, na realidade, um instrumento de maior fragilidade para que nós possamos enfrentar um crime que cada vez mais se avoluma e vem cada vez mais permitindo que toda diversidade biológica do território nacional seja atingida frontalmente. E o que é pior, Sr. Presidente: além dessa diversidade biológica, que se permita a construção de cadeias dentro da variabilidade genética. E isso é de uma gravidade tamanha contra a nossa economia, contra a nossa soberania. Daí a necessidade desta Comissão, particularmente o serviço de assessoria, ter o entendimento de que se não revertermos... Evidentemente que, além da apuração dos crimes cometidos, principalmente o confronto à lei no que diz respeito ao tráfico em si de animais, de plantas, mas que acima de tudo se tenha a responsabilidade dos entes públicos com relação ao orçamento e recursos humanos. Do contrário, nós vamos continuar a fazer as CPIs e não vamos resolver o problema. O que é pior: a cada momento em



que essa diversidade biológica se torna alvo de pilhagem, cada vez mais nós vamos tendo a construção dessa cadeia da variabilidade genética. E aí não adianta chorar o leite derramado mais lá na frente, porque tanto enzimas, tantos produtos para cosméticos, para fármacos, vão sendo evidentemente montados nos mais diversos bancos de germoplasma, bancos dos mais diversos materiais genéticos, dentro de toda a sua diversidade biológica. Aí nós vamos tendo efetivamente a sangria contra a nossa economia, contra a oportunidade que isso pode gerar à população brasileira. Então, apenas como registro, Sr. Presidente, para que esse item, sem perder de vista o objeto desta CPI, consiga expor com muita clareza a necessidade de termos orçamento compatível para combater essas atividades ilícitas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Nós agradecemos ao Dr. Roberto Alves de Castro a sua presença aqui e faço a seguinte observação: caso o Dr. Roberto deseje o apoio desta CPI para solicitar do funcionário já referido, é só entrar em contato com a nossa assessoria que esta Presidência fará esse gesto junto à diretoria da Polícia Federal para que possa agilizar mais o processo. A segunda questão, eu solicito que essa cópia do inquérito possa ficar na CPI e de outros documentos que tenho. Agradeço ao senhor a presença. Muito obrigado. Esta Comissão está à disposição e assim, necessitando, voltaremos a procurá-lo.

**O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO** - Também agradeço a oportunidade de explicar aqui uma parte do trabalho que temos realizado. Passo às mãos parte... Tem mais documentos que ainda não foram anexados aos autos, mas o que tinha no momento já está aqui sendo repassado. E estamos em Goiânia à inteira disposição desta CPI, conforme já é do conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Obrigado. Dr. Roberto, os documentos, se os tiver, por favor, repasse para nós. Eu convido para tomar assento à mesa o Sr. José Augusto Mota. (*Pausa.*) O Dr. Augusto Mota é Chefe da Divisão Técnica do IBAMA, no Estado de Goiás. Informo ao Dr. José Augusto Mota, que é praxe das Comissões Parlamentares de Inquérito, quando convocado, prestar o juramento, de acordo com o art. 210 do Código de Processo Penal, e advertindo também a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: "*fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha*". Portanto, solicito o nosso convocado a fazer o juramento.



**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade o que souber e o que me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Consulto o Dr. José Augusto Mota se deseja, conforme dispõe o Regimento Interno da nossa Casa, usar a palavra por até 20 minutos, ou se deseja ir direto às perguntas e respostas. O senhor fique à vontade.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Eu gostaria de usar a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Pois não.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Bom dia a todos os presentes. A respeito do relatório comentado pelo Dr. Roberto, gostaria de fazer algumas considerações. No dia 4 de março de 2005, chegou às nossas mãos a determinação do Ministério Público para que montássemos uma equipe para efetuar investigações sobre possíveis irregularidades no zoológico de Goiânia. Foi montado um grupo de trabalho composto por um médico veterinário, um biólogo da gerência executiva de Goiás e 2 biólogos do Centro Nacional de Repteis e Anfíbios, órgão ligado ao IBAMA. Então, essa equipe trabalhou exaustivamente por 3 meses, visando apurar possíveis irregularidades na entrada e saída de animais no zoológico. Dentre as conclusões chegadas nesses 3 meses de trabalho, identificamos a irregularidade na entrada e saída de 311 animais. Desses animais, vale lembrar que existem... inúmeros deles não são da nossa fauna — leão, tigre, bisão, chimpanzé — enfim, uma série de animais. Interpelado o zoológico, nós pudemos perceber que as irregularidades se deram no âmbito administrativo. Ou seja, havia falhas de registro na entrada e de saída desses animais e que as fichas de necropsia haviam sido extraviadas. O zoológico anexou ao nosso relatório uma planilha mostrando o destino de cada um desses 311 animais. Todos estavam no Museu Ornitológico de Goiânia para serem taxidermizados. Segundo explicações do zoológico, esses 311 animais encontram-se no Museu Ornitológico. Bom, passamos esse relatório para a Polícia Federal, que entendemos que seria melhor investigado se a Polícia fosse ao museu confirmar ou não a existência desses animais. Então, o nosso relatório concluiu que houve, sim, uma falha administrativa do zoológico. Não conseguimos apurar nenhuma saída irregular, ou seja, nenhum paradeiro incerto desses animais. Todos, segundo o zoológico, estão no Museu Ornitológico. Dessa forma, encaminhamos o relatório para a Diretoria de Fauna do IBAMA e em entrevista, que



foi comentada aqui, que o Sr. Ari deu em Goiânia, simplesmente foi dar publicidade ao relatório, ao resultado desse trabalho de 3 meses que a nossa equipe de fauna realizou. Então, a conclusão é que havia irregularidades no livro de registro. O IBAMA está sugerindo que seja finalizado esse livro de registro e aberto um novo. Ficou evidente a necessidade de se tirar os CETAS de dentro do zoológico, para que isso passe à responsabilidade exclusiva do IBAMA. Providências nesse sentido já estão sendo tomadas pela Diretoria de Fauna aqui de Brasília. A partir de setembro já vão começar a chegar os recursos para que possamos criar os nossos CETAS, porque os CETAS hoje relativos ao IBAMA, em Goiás, funcionam dentro do zoológico. E vamos começar a operação zoológico legal já em agosto, que é uma vistoria realizada em parceria com a iniciativa privada e o Poder Público. A Sociedade Brasileira de Zoológicos participa. Então, a partir de agosto essa equipe estará em Goiânia verificando as condições do zoológico. Então, a partir de agosto, essa equipe estará em Goiânia verificando as condições do zoológico. Então, basicamente, as conclusões do nosso grupo de trabalho foram essas: irregularidades no registro, problemas administrativos, e que os 311 animais passíveis dessa irregularidade encontram-se num Museu de Ornitologia, devendo a Polícia Federal fazer a devida investigação para comprovar a veracidade do fato, lembrando que esses animais existem muita coisa da nossa fauna exótica. Uma outra coisa que... um outro fato que eu gostaria de acrescentar é que no dia 24 de abril deste ano fomos procurados pela Sra. Maria de Lourdes, que nos relatou uma série de irregularidades do zoológico. Imediatamente, eu determinei que o nosso setor de fauna apurasse. A denúncia eu peguei verbalmente no dia 24, no dia 29 eu já tinha o resultado da apuração. Nada do que ela relatou foi confirmado na prática. Todas as denúncias se mostraram inverídicas. Ontem, exatamente ontem, recebemos uma nova denúncia da Sra. Maria de Lourdes sobre o sumiço de um filhote de hipopótamo e um macaco guariba. Imediatamente, fizemos a vistoria no local, acompanhados de um agente da Polícia Federal, e mais uma vez a denúncia se mostrou infundada. Então, de todas as denúncias efetuadas pela Sra. Maria de Lourdes, não conseguimos apurar como verdadeira nenhuma delas, valendo lembrar que nossa equipe não tem treinamento em investigação policial. Fizemos a investigação dentro dos parâmetros que a gente considera razoáveis. Então, o que eu gostaria de colocar seria isso, estou à disposição para eventuais perguntas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O nosso Relator, Deputado Sarney Filho, deixou uma série de perguntas por escrito, e eu passo a palavra ao Deputado Hamilton Casara para que formule aquelas que não foram esclarecidas ainda com o depoimento.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Muito obrigado. Eu gostaria, Sr. Presidente, antes de passar às perguntas do nosso Relator, o Deputado Sarney Filho — são 14 perguntas — eu gostaria apenas de cumprimentar o Dr. Mota e agradecer-lhe a contribuição nesta Comissão e registrar o importante trabalho que o Dr. Mota tem feito, particularmente nas sua especialidade maior, que é a área de espeleologia, nessa região de Goiás. Mas, Dr. Mota, V.Sa. poderia nos informar, informar a esta CPI qual o orçamento que V.Sa. tem na sua divisão técnica para o Estado de Goiás, e, dentro desse orçamento da sua divisão técnica, qual o orçamento dispensado para o setor de fauna, e, dentro desse orçamento dispensado para o setor de fauna, qual o orçamento destinado à supervisão e monitoramento dos zoológicos e criadouros conservacionistas, comerciais e científicos existentes no Estado de Goiás.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Antes de mais nada, queria agradecer ao nobre Deputado Casara as palavras, antigo companheiro da espeleologia também. O orçamento que a gente dispõe no IBAMA para a execução das atividades de fauna fica muito aquém do necessário. Só para se ter uma idéia, este ano nós recebemos mil reais para repassar ao zoológico para a compra de medicamentos. Fica uma situação muito complicada a gente exigir contrapartidas do zoológico se a gente não consegue colocar as nossas obrigações em dia. Exatamente o montante eu não sei lhe especificar. Posso encaminhar depois para a Comissão. Mas certamente é muito aquém. Para se ter uma idéia, eu tenho apenas um biólogo responsável pelo núcleo de fauna, já com tempo para se aposentar. Mais uma vez, pedindo socorro também à Comissão Parlamentar de Inquérito, se puderem me ajudar a trazer uma bióloga já identificada em Rondônia, está se transferindo para Brasília por concurso, ela tem o perfil ideal que a gente está precisando para compor o nosso quadro técnico. Agora, o valor específico, depois eu mando para os senhores oficialmente.



**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Dr. Mota, com a concordância do nosso Presidente, o Dr. Rosinha, estabelecemos o prazo de uma semana para que V. Sa. possa fazer essa extratificação do orçamento para esta Comissão.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Uma outra pergunta, Dr. Mota. O zoológico de Goiânia é freqüentemente “estartado” pela gerência executiva do IBAMA para fins de acomodação de animais, fruto de apreensões?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Obrigado.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - No momento, o zoológico não tem atendido mais..., não está recebendo mais animais, o que tem colocado a gente numa situação muito difícil. Semana passada, a gerência tinha bicho lá por todo o lado porque, depois dessas denúncias todas, eles estão se recusando a receber animais apreendidos e animais acidentados.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - V.Sa. poderia citar, se desses 311 animais, além das espécies exóticas, quais as espécies que estão na lista de ameaçados de extinção da fauna brasileira, nessa relação?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Nessa relação, nenhum.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Nenhum?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Nenhum.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sr. Presidente, então passo a fazer as perguntas do Relator, Deputado Sarney Filho. Dr. Mota, o Núcleo de Fauna do IBAMA de Goiás realizou vistoria no jardim zoológico de Goiânia em 2005, motivada por demanda do Ministério Público. Com que freqüência a gerência executiva estadual realiza inspeções nos zoológicos e criadouros localizados no Estado de Goiás? Essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta: quantas instituições, entre zoológicos e criadouros, existem no seu Estado? Quantos técnicos trabalham no Núcleo de Fauna da Gerência?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - A primeira pergunta, por favor.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Quantas inspeções realizadas em 2005...

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Toda vez que o zoológico necessita de uma licença de transporte de animais é feita uma vistoria no local. Eles solicitam a licença



para transportar um animal, uma permuta com outro zoológico, o nosso técnico vai ao local verificar...

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Mas V.Sa. poderia precisar neste ano de 2005?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Neste ano, acredito que umas 4 vezes.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Quatro supervisões?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Quantos zoológicos e criadouros existem no Estado?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Nós temos 60 criadouros ativos e 1 zoológico da Prefeitura.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Quantos técnicos trabalham nesse setor?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Atualmente, 1.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Qual a especialidade?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Biólogo.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Segunda pergunta que faço a V.Sa.: a Fundação Museu de Ornitologia informou o recebimento de todos os animais que teriam vindo a óbito no jardim zoológico?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim. Tem um documento assinado pelo Dr. Hidasí.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Consta das informações que existem discrepâncias entre as relações prestadas pelos zoológicos. V.Sa. poderia confirmar isso?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - A segunda pergunta é a que V.Sa. já respondeu: que a Gerência já fez a vistoria no zoológico. O museu e seu responsável, o Sr. José, continuam recebendo material apreendido da fiscalização?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Veja bem. Esse material não é oriundo da fiscalização. Animais que venham a óbito no zoológico são repassados ao museu para serem empalhados. São animais mortos.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - O IBAMA tem o controle mensal dessa movimentação?



**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Justamente o problema detectado nesse grupo de trabalho foi falhas no livro de registro de entrada e saída de animais, não é? O problema foi justamente esse. Após a identificação desses 311 animais com falha no registro, o zoológico mandou uma planilha dizendo o paradeiro de todos esses animais. Segundo eles, estão todos no museu. Embora a diretoria de fauna tenha sugerido que a gente vá lá, verificar esses animais, nós estamos preferindo que a Polícia Federal faça esse trabalho, ou uma parceria.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - V.Sa. terá o prazo também de uma semana para fornecer a esta Comissão a relação das supervisões realizadas no zoológico, nos últimos 2 anos.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Nos últimos 2 anos?

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Nos últimos 2 anos. Sexta pergunta, Sr. Presidente. Dr. Mota, na última vistoria realizada pelo IBAMA, o que foi constatado em relação ao registro de entrada e saída de animais no zoológico de Goiânia?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - A principal falha foi a ausência das fichas de necropsia. Segundo o atual diretor, elas foram extraviadas.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - V.Sa. poderia informar a esta Comissão a freqüência de entrada de animais como psitacídeos, cracídeos ou outras espécies ameaçadas? Têm dado entrada como maior freqüência?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, não é grande a freqüência. O senhor diz no CETAS?

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sim, no CETAS.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, não tem muita freqüência.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - V.Sa. poderia informar a esta Comissão quais as espécies com maior freqüência de apreensão pelo corpo de fiscalização da gerência?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Geralmente passeriformes e alguns psitacídeos — alguns papagaios, periquitos. É o mais comum.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - V.Sa. poderia confirmar se de ocorrência no Estado de Goiás ou proveniente de outros biomas brasileiros?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Geralmente do próprio Estado.



**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Oitava pergunta, Sr. Presidente. Eu estou alterando, Sr. Presidente, pois há perguntas repetidas.

V.Sa. recebeu do livro de registro de animais e de laudos de necropsia do zôo?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Veja bem. Eu não participei da equipe que efetuou o trabalho. Eu, como chefe da divisão técnica, eu fui convidado substituindo o chefe da fauna, que se encontra de férias, viajando, e não foi possível localizá-lo. Esse livro ficou em mãos da equipe durante esses 3 meses. Eles manipularam exaustivamente o livro.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - A nona pergunta, Sr. Presidente, acredito que o Dr. Mota já tenha respondido, mas para que fique claro nos registros desta Comissão.

O que V.Sa. tem a dizer sobre as declarações da Sra. Maria de Lourdes nesta CPI acerca da existência de tráfico de animais no zoológico de Goiânia? Na sua opinião, o que tem levado a Sra. Maria de Lourdes a afirmar com tanta veemência sobre essas ocorrências?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - A única coisa que eu posso falar sobre a Sra. Maria de Lourdes é que, por 2 vezes, mantive contato com essa senhora: uma, pessoalmente, em reunião oficial no IBAMA, e outra, por telefone. Ela fez uma série de denúncias e nenhuma foi comprovada pela nossa equipe técnica. A única coisa que eu poderia falar seria isso. Agora, a motivação que a está levando a fazer essas denúncias, eu não tenho idéia.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Décima pergunta: V.Sa. acha correta a “troca”, entre aspas, de animais por material de construção e mão-de-obra, como ocorreu entre o zoológico de Goiânia e o criadouro Serra Azul, do Sr. Noel Gonçalves Lemes?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Veja bem. Com todo o respeito...

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - O IBAMA aprova esse tipo de contrato?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Veja bem. Com todo o respeito a V.Sa., a legislação fala em permuta e uma venda por dinheiro ou uma venda...

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Dr. Mota, nós estamos... O senhor está sendo “fruto” de responder às perguntas realizadas pelo Relator. A



pergunta é se V.Sa. acha correto. Não estamos perguntando o que está na legislação. É se V.Sa. acha correto...

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Eu já ia chegar lá. Veja bem. Muitas vezes, o técnico, na iminência de resolver um problema premente, uma falta de recursos, a agonia de ele ver o problema resolvido, uma das soluções seria trocar um animal por material de construção ou por qualquer outro equipamento que fosse útil à manutenção de outros animais em cativeiro, desde que a saída desse animal seja legal. Eu tenho aqui a legislação, que diz o seguinte: "*Os animais vivos da fauna silvestre brasileira poderão ser comercializados por criadouros comerciais, jardins zoológicos devidamente registrados no IBAMA e por pessoas jurídicas que intencionem adquirir animais e revendê-los a particulares para dar início a criação comercial ou conservacionista, ou para aqueles que pretendam mantê-los como animais de estimação*". Um outro parágrafo, ainda da portaria, diz o seguinte: "*O jardim zoológico registrado no IBAMA poderá, a título excepcional, comercializar o excedente de animais da fauna silvestre brasileira de seu plantel comprovadamente nascido em suas instalações, e que não pertençam à Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e tal comercialização dependerá de autorização prévia do IBAMA, observado o disposto nesta portaria.*" Então, a gente vê que se esse animal for passível de comercialização, eu pessoalmente, na iminência de resolver um problema, não veria nada de mais a troca por material de construção.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Porventura, Dr. Mota, a gerência regulamentou, para que possa facilitar o trabalho dos serviços de supervisão, essa matéria?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não entendi a pergunta.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Essa matéria porventura foi regulamentada, com procedimentos claros, para que facilite o trabalho da fiscalização?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - O senhor se refere a essa permuta por material...

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Permuta.



**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não ficamos sabendo da permuta. Ficamos sabendo agora, nas denúncias. O erro aí foi não ter solicitado a autorização expressa do IBAMA.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Perfeito. Décima primeira pergunta: V.Sa. sabe se a Lei nº 8.029, que cria o Conselho Consultivo do Parque Zoológico de Goiânia, tem sido cumprida, em especial no que tange à determinação de que ele se manifeste quanto à escolha do Diretor do Parque, bem como quanto à representação das diversas entidades que o compõem, em especial a sociedade protetora dos animais?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, eu desconheço.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Décima segunda pergunta, Sr. Presidente. Dr. Mota, V.Sa. tem conhecimento do que ficou apurado quanto aos atestados de óbito de animais que foram doados vivos para o criadouro Serra Azul, pelo zôo de Goiânia?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - O senhor poderia repetir, por favor?

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Se V.Sa. tem conhecimento do que ficou apurado quanto aos atestados de óbito de animais que foram doados vivos do criadouro Serra Azul para o zôo de Goiânia? (*Pausa.*) Perdão, de Brasília.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Décima terceira pergunta, Sr. Presidente. Dr. Mota, a Sra. Débora, bióloga do IBAMA, citada pela Sra. Maria de Lourdes na Polícia Federal como uma das supostas integrantes do tráfico, foi afastada do IBAMA?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não. A Sra. Débora ela é detentora de um contrato especial do PNUD, um programa das Nações Unidas que visa suprir o IBAMA de profissionais devidamente habilitados. Simplesmente, o contrato dela venceu e está em fase de renovação. Não procede a informação de que ela foi afastada. De modo algum.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Foi aberto, após ter conhecimento dessas denúncias efetuadas pela Sra. Maria de Lourdes... A gerência abriu alguma sindicância para apurar o fato?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Veja bem. Formalmente, ela não oficializou nenhuma denúncia. Essa investigação no zoológico foi oriunda de uma requisição



do Ministério Público Federal. A única denúncia que ela fez..., duas, que eu já me referi. Ela esteve na minha sala com uma série de informações. Não quis formalizar nada por escrito. Eu anotei tudo o que ela falou e repassei ao setor de fauna. Dois dias após, estavam concluídas as investigações e nada foi apurado. Exatamente ontem ela formalizou nova denúncia de que havia sumido um hipopótamo e um guariba. Efetuamos nova diligência no zoológico, juntamente com o agente Castro, da Polícia Federal, e foi apurado que os animais morreram. Estou inclusive com as fichas de óbito aqui, em minhas mãos.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Além dessa denúncia, V.Sa. tem conhecimento de outras denúncias que tenham porventura vinculado supostos envolvimento de funcionários da gerência com tráfico de animais?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, não tenho qualquer informação de ligação de funcionários do IBAMA com tráfico de animais. Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Muito obrigado, Dr. Mota. Sr. Presidente, eram as perguntas do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Eu vou tomar a liberdade, mesmo como Presidente, de fazer algumas perguntas. O Dr. Roberto, quando eu perguntei a ele sobre as denúncias da Sra. Maria de Lourdes, um percentual do que era confirmado ou não, ele não entrou no detalhe de percentuais. Ele respondeu que muito, muito foi comprovado. O senhor já disse que 2 momentos não foram. E a última foi a do filhote de hipopótamo que morreu. Quem foi lá viu o hipopótamo morto?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não. Nós temos as fichas de necropsia e os atestados de óbito dos animais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O senhor disse que, dos 311 animais que tinham morrido, não tinha ficha de necropsia.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim. Segundo informações do atual diretor, essas fichas foram extraviadas pela diretoria passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Foram extraviadas pela diretoria passada?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Quer dizer, então nem se comprovou que o animal morreu?



**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Veja bem. O zoológico nos deu por escrito uma declaração de que esses animais encontram-se no Museu Ornitológico.

O Sr. José Hidasí também mandou por escrito a confirmação. Resta apenas ir ao local, verificar os tambores com formol e avaliar um por um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Eu sei que o IBAMA não é polícia, mas não caberia ao IBAMA ir lá verificar essa informação?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim, também. Só que pelo volume de denúncias, pelo tamanho do problema, entendemos que o ideal seria a Polícia Federal fazer esse trabalho, porque os animais estão declarados que estão lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Morreram 311 animais em que período, três meses?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, não. Eu esqueci de falar. Esse trabalho envolve os anos de 2003 e 2004. São 2 anos de investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O do hipopótamo não confirmou. Na outra denúncia os animais estavam lá no zoológico?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim. Ela denunciou que haviam sumido vários animais, que tinham vários recintos vazios e nosso técnicos foram lá e não comprovaram nenhuma das denúncias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Os animais estavam lá?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Estavam lá. Nos recintos. Estavam lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Ao contrário do hipopótamo que não estava.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Ou estavam lá ou a quantidade denunciada nunca existiu. Ela dizia, por exemplo, uma hipótese, que tinham 80 araras e nunca tinham tido 80 araras, as araras que eram para estar no zoológico estavam lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Mas o senhor confirma que os técnicos examinaram o livro de registro.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O senhor parece que disse que não havia livro.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, o livro existe com algumas falhas de preenchimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Com falhas de preenchimento.



**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Se há falha de preenchimento como é que eu vou acreditar que aqueles animais que estavam lá era aquilo mesmo, se está com falha de preenchimento?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - A falha de preenchimento na saída do animal do zoológico, estes animais estão declarados que estão no Museu Ornitológico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Mas o senhor não confirmou que está no Museu Ornitológico.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Ainda não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Ainda não. Então é importante que se confirme, porque se eu estou pedindo para uma comissão do IBAMA fazer um trabalho e essa comissão do IBAMA conclui só pela metade, não posso dizer se é verdadeira ou não. Até porque o senhor disse que há extravio de necropsia.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Então se há extravio de necropsia há um crime, porque foi extraviada a necropsia. E eu posso dizer que o animal está lá e está fraudulento. Ele pode estar como pode não estar pelo extravio. E então quer dizer que o senhor confirma o exame pelos técnicos do IBAMA, do livro de registro de estoque do zoológico de Goiânia?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Durante 3 meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Durante 3 meses só.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sim. Não, veja bem, a checagem do período envolvido de 2003 e 2004, nós checamos o livro no período de 2 anos, esse trabalho demandou 3 meses de averiguação do livro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - E a irregularidade era no extravio de necropsia.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Havia problemas no preenchimento da saída desses 311 animais, tenho todos listados, tem inclusive leão, tigre, são animais que é impossível esconder isso aí, mais cedo ou mais tarde, ou com a Polícia Federal ou só o IBAMA, nós vamos apurar a veracidade da informação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Esse livro que foi analisado, eles têm as páginas numeradas, de acordo com o art. 7, da Instrução Normativa 4, de 2002?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Eu não manipulei o livro. Eu teria que consultar a equipe que participou do plano de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Então, por favor, tem que verificar inclusive esse livro foi devolvido ao zoológico de Goiânia?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Acredito que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Não tem certeza.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não. Mas não há motivo de esse livro ainda estar em poder do IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O ex-diretor do zoológico de Goiânia, ele tem um criadouro?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O senhor disse agora há pouco que tem uma pequena quantidade de técnicos e consegue vistoriar com essa pequena quantidade de técnicos todos os 60 criadouros, conforme preconiza as portarias do IBAMA?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, essas vistorias são feitas por amostragem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - E como é que é a metodologia de escolher a amostragem?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - É sorteio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O IBAMA tem feito alguma investigação sobre o comércio ilegal internacional de animais?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Em Goiânia, que seja do meu conhecimento, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O senhor antes disse o seguinte: que a CPI podia ajudar a requisitar uma funcionária.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Nós só podemos solicitar a ajuda temporária de fiscalização. Não podemos ficar solicitando transferência de funcionários que foram concursados, obedecendo a edital de concurso e através



desse edital fixa, como faz essas transferências — e o próprio estatuto do servidor tem todas as regras. Então nós podemos somente requisitar aquilo que é necessário, de acordo com o art. 36, inciso I: *“Requisitar funcionário do serviço administrativo da Câmara, bem como em caráter transitório de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou internacional, ou do Poder Judiciário necessário aos seus trabalhos”*. E no caso nós entendemos que a ajuda da Polícia Federal neste momento é necessária ao trabalho. Então não é uma transferência, é uma requisição temporária, só para conclusões de alguns trabalhos.

Então nós não podemos fazer requisição de transferências de funcionários. É só com essa característica. É importante dar essa informação.

Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sr. Presidente, numa análise, ouvindo aqui o Dr. Mota, do IBAMA, ouvindo o delegado Roberto da Polícia Federal, ouvindo também todos os demais depoentes que por aqui passaram, chegamos a uma conclusão de que temos materialidade suficientes e diria já temos fraturas expostas para que nós possamos tomar algumas providências.

De tal forma que na conclusão desta sessão, gostaríamos sugerir com a sua presença, para que pudéssemos definir o *modus operandis* de algumas ações..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - O pleito feito pelo Deputado Hamilton Casara é importante. Como Presidente *ad hoc* desta sessão me somo a ele. Creio que nós poderemos levar ao Presidente Mendes Thame a proposta, para que possamos fazer esse trabalho, que é muito importante.

Creio que com o material que chegou e mais os depoimentos de hoje é possível demonstrar que é necessária uma ação concreta nossa, porque o zoológico tem muita coisa a ser apurada e investigada — o zoológico de Goiânia e também o zoológico de Brasília.

Vou terminar mais 2 perguntas: foi constatado algum caso de maus tratos aos animais no zoológico de Goiânia?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Que tenha sido do meu conhecimento não, e não consta do relatório nenhuma coisa nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - V.Sa. considera que o IBAMA foi omissivo em relação ao zoológico de Goiânia?



**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Dentro das condições de trabalho que nós temos — recursos financeiros e humanos — não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Essa pergunta última é feita até porque o zoológico de Goiânia está constatando que há uma série de problemas, e o IBAMA chegou a fazer uma vistoria anterior, dizendo que não havia nada, se não me falha a memória.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Esse foi o primeiro relatório geral após o problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Quantos anos tem o zoológico de Goiânia?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não sei. É muito antigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Muito antigo. E o IBAMA só tem um relatório?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Não, não, veja bem: esse relatório é em relação à determinação do Ministério Público de se apurar possíveis desvios de animais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - E antes disso, qual era o relatório?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Nós temos a nossa rotina anual de trabalho, de relatórios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Então é importante que pelo menos os 3 últimos relatórios sejam encaminhados a esta Comissão. Requisitamos e solicitamos isso para que no prazo de até 1 semana, estes 3 últimos relatório feito pelo IBAMA, bem como a requisição feita pelo Relator através do Deputado Hamilton Casara, também seja encaminhado para nós, em 1 semana. Os 3 últimos relatórios que o IBAMA fez do zoológico de Goiânia que não foram solicitados por nenhum órgão, por iniciativa própria do IBAMA.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA** - Sr. Presidente, há alguma possibilidade de prorrogação desse prazo, porque como eu falei, o responsável, o único funcionário do setor encontra-se de férias viajando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Rosinha) - Acho que se V.Sa. não conseguir mandar nesse prazo, solicite por escrito que nós provavelmente faremos a prorrogação.



---

Agradecendo ao convidado, às testemunhas, aos Srs. Parlamentares, aos senhores assessores e aos demais presentes, declaro encerrada a reunião, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião extraordinária a realizar-se hoje às 14h30min neste mesmo plenário.

Está encerrada a presente reunião.